



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 344/2019

**PROTOCOLO** SIC353591918697

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Educação

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Acesso dados sistema ROE. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 344/2019**

- I - Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Educação, número SIC em epígrafe, para acesso aos dados do Sistema Eletrônico de Registro de Ocorrências Escolares - ROE.
- II - Em resposta, o ente entendeu se tratar de solicitação genérica, o que impossibilitou a prestação das informações. Inconformado, o solicitante impetrou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
- III - Constata-se, no caso concreto em apreço, que o solicitante não especifica a informação que almeja, ou seja, não apresenta seu o pedido de forma que delimite período temporal, recorte ou formato, utilizando-se da expressão "maior granularidade e série histórica possível". Assim sendo, é um pedido que se caracteriza pelo seu aspecto generalizante, com ausência de dados importantes para a sua delimitação e atendimento.
- IV - Cabe assinalar que, de fato, um pedido genérico pode tornar inviável o atendimento, em face da imprecisão ou demasiada amplitude da informação almejada. A clareza e precisão na solicitação de acesso é condição necessária para a efetivação do direito de acesso à informação, pois permite que a administração pública compreenda e responda de forma satisfatória o pedido, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União:

Classif. documental | 006.03.02.001

"Necessário ainda que se leve em consideração, nesse contexto, o conceito de pedido genérico, insculpido no inciso I do art. 13 do Decreto nº 7.724/2012. Com efeito, não há como admitir que o demandante se esquive do ônus de delimitar, de forma clara e precisa, conforme prevê o art. 12 do Decreto nº 7.724/2012, seu requerimento de informação, a fim de que seja propriamente apreciado. Na verdade, a imprecisão do pedido genérico impossibilita até mesmo que a Administração diligencie no sentido de satisfazer a demanda do requerente, tornando impossível, do ponto de vista fático, o atendimento ao pedido.

Ocorre que o conceito de "pedido genérico", para que possa ser melhor compreendido, acarreta, a contrário sensu, uma definição a respeito do significado de "pedido específico" no âmbito da Lei de Acesso à Informação. Desse modo, a Controladoria-Geral da União buscou, tanto na experiência internacional quanto na experiência da Administração Pública Federal, a melhor forma de explicitá-lo, e tem entendido que, para ser suficientemente específico, o pedido deve preencher os seguintes requisitos:

a) o assunto do registro solicitado deve ser indicado de modo individualizado e com suficiente particularidade quanto ao tempo, lugar e evento, de forma a permitir que o servidor do órgão ou entidade que tenha familiaridade com o assunto possa identificá-lo de maneira célere e precisa;

b) de forma complementar, deve ser indicada, de maneira clara, a listagem dos documentos que sirvam de suporte à informação, com suas respectivas datas de emissão, período de vigência, origem e destino".

(Controladoria-Geral da União. Despacho nº 4685 de 17/06/2013. Processo nº 00077.000044/2013-79).

5. Ademais, não há óbice à apresentação de um novo pedido SIC no qual seja feita solicitação que aponte, de forma clara e especificada, quais dados são desejados.

6 . Diante do exposto, não tendo ocorrido negativa de acesso à informação, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses de provimento recursal previstas no artigo e incisos do Decreto nº 58.052/2012.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

São Paulo, 29 de outubro de 2019.



Vera Wolff Bava  
Ouvidora Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado